

Ata da 4ª Audiência Pública da Câmara Municipal de Barra do Garças – MT.

Aos 27(vinte e sete) dias, do mês de outubro, do ano de 2006(dois mil e seis), às 9:45, no Plenário desta Casa de Leis reuniram-se: Vereadores, autoridades e segmentos da Comunidade para Audiência Pública presidida pela Vereadora Andréia Santos de Almeida Soares, Secretariada pelo Vereador Walter Naves de Sousa. Iniciada Audiência a Presidente com uso da palavra cumprimenta e agradece a presença de todos, citando os Ex-Vereadores Lázaro Sipriano de Carvalho, e Ailton Rocha, Pastor Luiz Fernando, Vereador Ubiracy, Sr. Álvaro, Comandante do Corpo de Bombeiros, Engenheiro Renato para dar início a discussão acerca do Plano Diretor, exposto no Estatuto da Cidade, artigo 40. A Presidente chama a Dra. Gisele – Assessora Jurídica da Câmara para iniciar a explanação sobre o que seria o Plano Diretor. A Dra. Gisele utiliza como recurso o Power Point, que é aberto explicando o que é Plano Diretor. Cidade, zona rural, quem faz o Plano, discutido por todos segmentos, conforme Lei 10.257, como é feito. Ainda a Dra. Gisele fala sobre desenvolvimento econômico, onde são distribuídas folhas para serem coletas sugestões, quais medidas levarão a cidade ao desenvolvimento econômico, como criar renda, empregos, melhor qualidade de vida etc... Com a palavra o jornalista Frederico que dando continuidade e explicando a fala da Dra. Gisele que o complemento não devia ser parte do Plano Diretor mas fruto de Legislação Complementar, e que o pedido da Câmara foi que reparasse a proposta do Executivo, ressalta que está no campo de idéias – Plano diretor de Política – transferindo para Legislação Complementar todas medidas de detalhamento em sua idealização de Plano Diretor, o Governo Federal, fez há 5 anos quando da criação do Código (Estatuto das Cidades), instituiu que as cidades teriam 5 anos para elaboração de seus Planos Diretores, mas foi constatado que a maioria dos Municípios do país, deixaram para pensar no Plano Diretor em março desse ano, quando faltavam 6 meses para completar os 5 anos previsto por Lei, sendo tudo feito na correria isso a nível nacional, sendo se sua vontade que o Plano Diretor fosse levado a população como um todo não apenas com as políticas, mas com planos e detalhamentos dos mesmos. Disse ainda que fosse colocado mais uma coisa nesta proposta apresentada como substituta pela Câmara, sendo que esse Plano Diretor contemplasse todas as políticas instituídas no Município – política municipal da saúde, turismo etc..., que irão definir como será o município daqui para frente, itens complementares estabelecidos em Lei, digo, base federal. Frederico expressa ainda que o Plano Diretor não fosse ainda aprovado, que fosse devolvido ao Executivo para inserção de todas políticas contempladas nesta versão. Pois sem isso o Plano Diretor será capenga. A transparência dessas políticas foi feita na forma de Lei Complementar e que deveria constar no texto do Plano Diretor, tendo por sua opinião aprovar um Plano com todas políticas contempladas e, a partir dessas políticas devam ser elaboradas os Planos Municipais para desenvolver cada uma das políticas e Legislação Ordinária Complementar. Esse seria o conjunto ideal que todo município deveria ter para que haja perfeita

ordenação da estrutura municipal como um todo. Frederico ainda ressalta a falta de noção do povo brasileiro acerca de planejamento, não sendo culpa dos cidadãos, mas sim pela falta de informação pelo Poder Público de que só se pode cobrar alguma coisa a partir de uma Receita. Como cobrar dos Poderes Executivo e Legislativo resultados para o município se não existe regra clara que obrigue o Poder Público Municipal – Executivo e Legislativo a cumpri-la. Daí a importância do Plano Diretor, o que peço e brigo há quase 40 anos é que se estabeleça essa regra. O Prefeito não é dono da cidade, ele está Prefeito, eleito para administrar a cidade, mas isso não te dá domínio da mesma – ele tem leis, regras a cumprir e não pode agir a bel prazer em detrimento de seu interesse pessoal. Então o Plano Diretor, que todos acham etéreo, na verdade é base para que o povo possa exercer seus direitos e cobrar resultados do Poder Público Municipal. Gostaria de voltar há 5 anos atrás para ser iniciado esse trabalho e hoje comemorarmos a base técnica, legal e política que regerá o município nos próximos anos, isso não aconteceu. Pergunto: é importante aprovarmos uma legislação completa para cumprimento de Lei? Segundo informação que recebi da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – Barra do Garças não precisava ter apresentado o Plano Diretor em 10/10/2006. Apenas municípios que não tenham nenhum Plano Diretor deveriam apresentar nesta data, os municípios que possuem Plano Diretor vigente teriam prazo de mais 6 meses para atualização, de acordo com legislação do Ministério das Cidades. Frederico diz que sua opinião é formar comissão técnica, política da cidade e fazer a partir desse modelo existente a complementação de políticas e pelo menos assim ser aprovado um Plano com todas políticas perfeitamente definidas e escalonar prazo para que o Governo Municipal elabore a partir do mesmo grupo os planos complementares setoriais e a legislação que tem que ser revista, criada ou complementada para assim se ter uma legislação perfeitamente definida. Lembra ainda que, se o Plano Diretor for feito com a participação da comunidade, os Prefeitos futuros tem por obrigação, respeitar as políticas estabelecidas pelo Plano Diretor. Com a palavra o Vereador Ronaldo que cumprimentou e agradeceu a presença de todos e dá importância do Plano Diretor, do papel dos Vereadores junto a comunidade, sobre as dificuldades de haver áreas habitacionais, sobre a melhora do Distrito Industrial, ressalta que, o Plano Diretor necessita de propostas direcionadas a cada área. Neste momento o Vereador Weliton faz uso da palavra, agradece e cumprimenta a todos, levanta a questão da chegada do projeto nesta Casa de Leis, a convocação para reunião dali dois dias para que se votasse o projeto, em regime de urgência, lembra que esta sofrendo pressão injusta por ser oposição, no entanto o que ele quer é coerência ao buscar informações, a discussão é salutar enriquece e a democracia prevalece. O Vereador Weliton fala ainda sobre questões referentes ao IPTU, sobre a terceirização da coleta de lixo. O Sr. Lázaro pede a palavra, agradece e cumprimenta a todos, e parabeniza essa Casa de Leis pela firme postura tomada em relação a esse projeto, que é muito importante, pois é a mola mestra da cidade e ressalta que conforme foi apresentado não achou viável para Barra do Garças. Lembra que, já foi Vereador por longo período e que

honrou seu mandato e pede aos atuais Vereadores que deixem de lado os interesses pessoais e priorize os interesses do Município de Barra do Garças, fala ainda da administração atual que em sua opinião está sendo péssima, sobre a Emenda Substitutiva fez vários elogios e deixa sua confiança e fé nos Vereadores que façam o que é correto e não a vontade do Prefeito ou de quem quer que seja. Neste momento a Presidente passa a palavra para o Pastor José Fernandes, após os cumprimentos, vai ao assunto que é o Plano Diretor e sugere que essa Casa, forme, se possível, uma Comissão, com representantes da sociedade local, para que assim haja uma participação maior da sociedade, se acaso for aprovado como esta e posteriormente não atende as necessidades da comunidade, esta Casa de Leis sofrerá as conseqüências. Parabeniza todos os Vereadores e mais uma vez ressalta que a sugestão seja atendida. Passa a palavra a Dra. Gisele que acerca da gama de idéias o que pode ser feito é ser marcada nova audiência para que a comunidade traga sugestões para emendar neste projeto, pois nada foi aprovado. Neste momento o engenheiro Renato faz uso da palavra e fala sobre a prorrogação da aprovação da Lei e formam a formação da comissão e que Poderes Executivo e Legislativo devem definir o cronograma das Leis complementares. Fala sobre o ordenamento da cidade e de suas potencialidades turísticas. Com a palavra o Deputado Estadual Adalto e Freitas, após cumprimentos adentra no assunto do Plano Diretor, demonstra sua preocupação entre os poderes Executivo e legislativo e quem paga com isso é o povo, que a conduta de ambos poderes devem ser superior as diferenças que haja entre eles. Diz perceber nos Vereadores e Líderes, critica a falta de praticidade no projeto e ressalta que o povo está cansado, o que se quer é para o que se propõe que é o Plano Diretor de Barra do Garças. Com a palavra nesse momento o Sr. Adalberto que abre sua fala com a importância do Plano Diretor para cidade, fala sobre a questão do IPTU. Diz que o Plano Diretor começa fraco, deveria ter sido contratada empresa para fazer levantamento adequado com geo-referenciamento. E conclama a toda sociedade a participação do Plano Diretor para o benefício da cidade de Barra do Garças. Junior passa a usar a palavra e diz que o Plano Diretor é participativo e que atende as leis 182 e 183 da Constituição Federal, conforme exige o Ministério das Cidades. O Vereador Ronaldo questiona quanto aos prazos e a Dra. Gisele é que responde conforme contato com funcionário do Ministério das Cidades, que fosse tramitado o processo nos termos da lei, dando observância ao artigo 40, da Lei 10.257 (Estatuto das Cidades, realizar Audiências Públicas para que o processo não seja nulo). Nesse momento Sr. Junior e Frederico concordam com a idéia de aprovar o Plano Diretor básico e não tentar resolver de imediato todos os problemas. O Sr. Adalberto usa a palavra e fala sobre os problemas do nosso país e sugere que se tenha aqui uma Lei Municipal que facilite os empresários aqui se instalarem e cita que em Cuiabá já há uma Lei nesse sentido. A Vereadora Antônia pede a palavra e levanta a questão da saúde, o caos pela qual anda passando, e ressalta que sua função e vontade é de contribuir, pois ainda há condições de se retomar a situação da saúde. Nesse momento a Presidente Andréia pede a palavra e fala sobre a Sessão Itinerante que

4

essa Casa chegou a fazer mas devido ao desgaste, pelas muitas reivindicações não serem mais atendidas, deixou de ser feita. Lembra que esta Casa é do povo, agradece a presença de todos e já deixa marcada a próxima Audiência Pública para 14/11/2007, às 9:00 horas, esperando comparecimento da população, encerrando assim essa Audiência. Eu leiva Moraes do Nascimento que essa subscrevo, deixo registrado que, todas as assinaturas dos que participara, foram colhidas no livro de Frequência de Audiência Pública.